

B.9)
GAP
DAF
DICONT
SERGEP
AM



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º 03/2022

PROPOSTA

N.º 48/2022/DAF/DICONT/SERGEP

Realizada em 19/09/2022

DELIBERAÇÃO N.º 103/2022

ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DE INTENÇÃO DE EXERCER OU NÃO O DIREITO DE PREFERÊNCIA – PICHELEIROS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO, AZEITÃO

O Direito de Preferência, legal ou convencional, consiste grosso modo na atribuição ao seu beneficiário de primazia na transmissão onerosa. Este direito privado, está dependente da demonstração de manifestação de vontade em ser realizado nas mesmas condições que foram acordadas entre o sujeito obrigado à preferência e um terceiro.

Considerando que,

Para a manifestação prévia da intenção de exercer o direito de preferência, por parte do Município de Setúbal, no âmbito do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, na sua versão atualizada, consta no sítio da internet, "Portal CASA PRONTA", o anúncio 108913/2021, do qual é objeto, o prédio sito em Picheleiros, Curva S. Caetano (Cx. Postal 101), Azeitão, quanto à compra e venda do mesmo imóvel, pelo valor total de 1 280 000€ (Um milhão e Duzentos e Oitenta mil euros), correspondendo à venda conjunta da parte urbana, pelo valor de 1 180 000€ (Um milhão e Cento e Oitenta mil euros), com o prédio rústico, inscrito sob o Artigo 587, da secção E, da União de Freguesias de Azeitão, pelo valor de 100 000€ (Cem mil euros);

e,

O referido prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o n.º 6329, da Freguesia de São Lourenço, e inscrito na matriz Predial Urbana, sob o Artigo 8111, da União das Freguesias de Azeitão, destinado a Habitação.

Após análise das características do imóvel supra identificado objeto do anúncio em apreço, entende o Município que não haverá lugar ao Direito Legal de Preferência.

Assim, propõe-se:

a) Que a Câmara Municipal de Setúbal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, delibere, nesta transmissão onerosa, o Não Exercício do Direito de Preferência sobre o suprarreferido imóvel, pelo valor de 1 280 000€ (Um milhão e Duzentos e Oitenta mil euros).

b) Que a presente Proposta seja submetida a apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i), do n.º 1, do Artigo 25.º e da alínea ccc), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

c) Que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta, para efeito do disposto nos n.ºs 3 e 4 do Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por : — Votos Contra;

— Abstenções;

17 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ATA

O PRESIDENTE DA CÂMARA